

RELATO DA REUNIÃO DOS COMANDOS DE GREVE DO ANDES-SN, FASUBRA-SINDICAL, SINASEFE E REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL – COM O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MEC JAIRO JORGE NO DIA 23/11/05.

Presenças

MEC – Secretário Executivo - Jairo Jorge; Diretor do Departamento de Políticas da Educação Superior da SESU - Godofredo de Oliveira Neto.

ANDES-SN – Marina, Cunha, Paulo Rizzo e Márcio.

FASUBRA Sindical – Luis Antônio, João Paulo, Paulo Henrique, Sandra, Ana Paula, Agnaldo, Carlos.

SINASEFE - Willian, Jandir, Elaine, Edmar.

Comando dos Estudantes – Bárbara, Camilo, Diogo, Josemar, Artur.

Deputados – Fátima Bezerra, Wasny de Ruer, Alice Portugal, Iara Bernardes, Paulo Ruben, Babá e Márcia, Assessora da deputada Fátima Bezerra

O Secretário **Jairo Jorge** abriu a reunião cumprimentando a todos e fez, na seqüência, uma manifestação de disposição para o diálogo e de reconhecimento às mobilizações: *“muitos de nós estivemos desse lado, hoje estamos do outro lado, a luta é a mesma...; de nossa parte temos respeito pelas lideranças; temos divergências, mas poderíamos sair melhor dessa situação. A radicalização não leva a nada; estamos sempre dispostos a dialogar com as entidades que representam as categorias: o ANDES-SN, pelos docentes, a FASUBRA pelos técnicos, o SINASEFE pelo setor das escolas federais”*.

A seguir as entidades usaram a palavra. Pela **FASUBRA**, **Paulo Henrique** iniciou a exposição e **Agnaldo** historiou as negociações com o MEC, chamou a atenção para a necessidade de reabertura de negociações e perguntou enfaticamente sobre qual seria o desdobramento dessa reunião. **Willian** do **SINASEFE** tratou das reivindicações apresentadas pela entidade e lembrou que haveria reunião com o MEC no dia seguinte.

Marina, Presidente do ANDES-SN, inicialmente, *chamou a atenção para o momento, já que pela primeira vez o MEC recebia os comandos das entidades em greve, lembrou que a greve dos docentes não acabou e que em 38 IFES continuam reafirmando a posição de rejeição à proposta do governo; confirmou disposição dos docentes, sempre presente, voltada para o diálogo; chamou a atenção para o fato de que a paridade tinha sido endossada pelo próprio secretário e que agora não era aceita e que, em relação ao 1º e 2º graus, o ANDES-SN fora excluído da discussão.* Jairo Jorge interrompeu e afirmou que o ANDES-SN podia ser observador nas reuniões com o SINASEFE. Marina continuou sua fala: *lembrou que a ruptura das negociações fora iniciativa do governo e que, através da imprensa, é que se tomou conhecimento da posição do governo de enviar um PL, lembrando inclusive a exclusão de jornalistas das entidades da coletiva dada pelo Ministro da Educação, sem que o ANDES-SN tivesse sido comunicado, conforme afirmara o secretário adjunto Ronaldo Teixeira na última reunião havida com a entidade; mais ainda que o governo utilizara de farta e cara matéria paga em vários jornais de circulação nacional para fazer proselitismo da proposta.*

Os estudantes apresentaram a pauta, pedindo audiência ao Ministro para tratar das questões levantadas e foram taxativos ao afirmar *que falta interesse do MEC porque a UNE não está por trás.* Solicitaram também a retirada da reforma universitária proposta pelo governo do Congresso, para abertura de debate com o movimento.

Os deputados fizeram uso da palavra, na seqüência. O Deputado **Wasny** fez os seguintes comentários: as emendas do orçamento terminam na 6ª feira, dia 25/11; a presença do PROIFES prejudicou as negociações; lamentou não ter havido acordo com o ANDES-SN e comentou sobre a possibilidade de se avançar, quem sabe com uma minuta de compromisso. A Deputada **Fátima Bezerra** lembrou o trabalho da comissão parlamentar e reafirmou que estão disponíveis e defendeu mais uma vez a paridade. A Deputada **Alice Portugal** afirmou que a gênese das reivindicações é extremamente justa. Lembrou a luta pela carreira da FASUBRA,

que a atual carreira dos professores já está vencida. Fez apelo para que se busquem saídas e, no caso da FASUBRA, que se tenha um compromisso; apelou ainda para que se mantenha a mesa de negociações abertas. O **Deputado Babá** fez discurso de críticas ao governo, de que há recursos, mas de que são desviados para pagamento da dívida externa e de que, se o governo quisesse, seriam encontradas soluções.

O Diretor da SESU **Godofredo de Oliveira Neto** valorizou o movimento e conquistas da FASUBRA, bem assim as lutas de todas as entidades.

Retomando a palavra, o Secretário **Jairo Jorge**, visivelmente irritado e, de forma extremamente ríspida, fez as seguintes considerações: *“não sou negociador...; não há ministério mais democrático que o MEC, pois procuramos dialogar com todos; a questão dos docentes está com o ministro e o presidente Lula; a situação é radicalmente diferente do governo anterior; somos favoráveis à paridade e a GED não tem mais função; estamos tentando a aproximação: chegamos a 82% da pontuação para os aposentados; vamos enviar PL e se houver dificuldades faremos MP para que ninguém saia prejudicado; em relação ao PL, não há aumento de montantes, são os 500 milhões e não há possibilidade de que seja alterado; quanto ao 1º e 2º graus desejo fechar amanhã; estamos num momento muito difícil; é preciso retomar a vida da universidade; os estudantes estão saindo prejudicados com atraso no vestibular, não estão sendo feitos empenhos financeiros e o calendário sofre prejuízos o que só dá palco para a direita.*

Ao que foi seguido de manifestações de **Agnaldo** e de **Marina**, por suas respectivas entidades, de que não era possível que o Secretário imputasse ao movimento a responsabilidade sobre os fatos citados.

Cunha questionou sobre porque não houve a possibilidade de uso de mais cem milhões de reais que haviam sido anunciados. Jairo Jorge declarou desconhecer tal possibilidade e os deputados presentes informaram que isso tinha sido aventado pelo deputado Gilmar Machado, que fora o relator da LDO, mas que a disponibilização de qualquer recurso dependia do MPOG.

Ainda antes de encerrar a reunião Marina perguntou, mais uma vez, sobre a posição de ruptura de negociação com os docentes, com o envio do PL com proposta rejeitada pela categoria. O Secretário respondeu que *“lamentavelmente seria assim”*, afirmando que caso não haja possibilidade de aprovação do PL até o final do ano, o MEC encaminhará a proposta por Medida Provisória.

REUNIÃO DO CNG/ANDES-SN COM A COMISSÃO DE INTERMEDIÇÃO DE NEGOCIAÇÃO EM 24-11-2005.

PRESENTES:

CNG/ANDES: Marina, Marcio e Jaci.

DEPUTADOS: Fátima Bezerra e Wasny de Roure.

A reunião iniciou-se às 17.30h com a fala da Deputada Fátima Bezerra, que avaliou a posição do governo em elaborar o projeto de Lei, com a proposta, já rejeitada pelas assembleias gerais. Avaliou, ainda, que não há possibilidade de alterar o PL antes de seu envio ao Congresso. Informou que o Ministro comunicou à Deputada que o governo já havia fechado questão sobre o PL e seu montante financeiro (R\$ 500 milhões). A Deputada Fátima ressaltou que há ganhos na proposta que são: a criação da classe de professor associado e a criação do GT Carreira. Avaliou também, que os parlamentares não têm mais condições de reverter o processo.

Em seguida, Marina questionou como seria o trâmite do PL e como os Deputados interferirão no processo. Neste momento, a deputada indagou sobre a posição do movimento em relação ao PL quando este chegar ao Congresso. Marina respondeu que as AGs e o CNG decidirão o futuro de sua luta e seus posicionamentos, os quais serão apresentados aos deputados.

De acordo com a Deputada, O PL pode ser colocado em votação em regime de “urgência, urgentíssima” ou por acordo de lideranças, bastando para isso haver “quorum” para a votação na Casa. Na avaliação da Deputada, esse projeto também pode vir como MP, o que é mais provável, devido aos problemas que aquela Casa vem enfrentando nos últimos meses, o que já havia sido sinalizado pelo secretário Jairo Jorge.

O que ficou claro é que existe uma disposição de luta por parte dos deputados, mas que, nesse momento, não há mais o que fazer para alterar o PL. Os deputados presentes foram muito sinceros nesse ponto.

AUDIÊNCIA DO SINASEFE COM O MEC:

O CNG/ANDES-SN, diante da afirmação do secretário Jairo Jorge de que poderíamos acompanhar as negociações referentes aos professores da carreira de 1º. e 2º. Grau, designou três companheiros para participar da reunião marcada pelo MEC com o SINASEFE, nesta quinta-feira, às 17:30 mais uma vez, no entanto, essa participação foi impedida pelo MEC. Desta vez, a argumentação repassada pelos seguranças da portaria do Ministério, foi a de que a sala estava lotada e que não havia como acomodar mais pessoas.

REGULAMENTAÇÃO DE GREVE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

O ANDES-SN, a FASUBRA-Sindical e o SINASEFE, subscreveram um documento endereçado a todos os Deputados Federais que compõem a Comissão de Educação da Câmara Federal, cujo teor expressa posicionamento contrário das entidades à posição expressa pelo Deputado Paulo Delgado (PT-MG), em nome da comissão, no globo de 21/11/05 p. 3, na qual ele defende a regulamentação de greve nas Universidades Federais, ao mesmo tempo em que solicita audiência da comissão com as entidades nacionais para que estas apresentassem sua posição.

PARTICIPAÇÃO DO CNG/ANDES-SN NO ACAMPAMENTO/ATO UNIFICADO DIAS 22 A 24/11.

Dia 22/11 -- A partir das 9 h houve concentração na grande tenda montada para servir de abrigo aos caravaneiros da FASUBRA, SINASEFE, ANDES-SN e estudantes. Os docentes, junto com os demais caravaneiros das outras entidades, seguiram para a Catedral, de onde a Marcha Zumbi + 10 saiu por volta das 11 h. Montamos uma ala do movimento grevista, juntamente com os companheiros da FASUBRA. A marcha contou com um número bastante expressivo de participantes que, embalados por palavras de ordem e músicas contra a discriminação racial e social, fizeram uma caminhada até o gramado em frente ao Congresso Nacional, onde um ato encerrou a manifestação.

Dia 23/11 -- Contando com aproximadamente 110 docentes, em um conjunto de cerca de 1200 participantes, os caravaneiros/membros do CNG do ANDES-SN participaram ativamente das atividades programadas unificadamente pelos comandos das entidades em greve e pelo comando de greve e mobilização dos estudantes. A partir das 7:30h começou o “café da manhã com o Ministro”, momento em que os presentes tomaram conta das três portas de acesso ao MEC e se alimentaram com sanduíches e café. Durante todo o dia, houve manifestações políticas no carro de som e apresentações culturais, dentre as quais: Grupo de Congado e de Capoeira de Viçosa, Grupo de forró Paraibola, do Grupo de Teatro de Guerrilha da UNB, com a peça MEC Student Program. Também houve BINGREVE, com sorteios de Kits referentes a situações da greve. Destacamos a presença de dirigentes da UNACOM e FENAFISP, que prestaram solidariedade ao movimento grevista. Na parte da manhã, por 10 minutos, os manifestantes tomaram conta da rua ao lado do MEC. Às 11 h, o Secretário Executivo do MEC, Jairo Jorge, contactou lideranças das entidades para dizer que receberia seus representantes às 16 h 30. Mesmo com a chuva, os presentes permaneceram no local com sombrinhas, disponibilizadas pela coordenação do ato, dando um toque especial à manifestação. Conforme anunciado, o Secretário recebeu os representantes dos Comandos de Greve dos docentes, técnicos e dos estudantes (cinco de cada entidade). Após os informes sobre o conteúdo da audiência com o Secretário, os presentes realizaram uma grande passeata com tochas do MEC até o Congresso Nacional.

Dia 24/11/05 -- As atividades começaram, novamente, com o café da manhã em frente à porta principal do MEC. Os policiais tentaram impedir a presença dos manifestantes no local, bem como a utilização do carro de som. Os manifestantes se impuseram e conseguiram tomar conta da porta de entrada e colocar o carro no local. Os representantes do CNG-ANDES/SN e da FASUBRA cantavam a marchinha de “homenagem” Ministro. Houve apresentações culturais e manifestações políticas durante todo o período do ato. Às 15 h aconteceu o velório do Ministro Haddad, seguido da queima do seu caixão e ato ecumênico de exorcismo de sua alma. Encerrando a programação, a presidente do ANDES-SN fez suas considerações, no que foi seguida por representantes da FASUBRA. Por fim, houve uma queima de fogos de artifício, acompanhada pela música “Para dizer que não falei de flores”, de Vandrê, em um momento de muita emoção para todos os presentes.

FONTE: COMUNICADO ESPECIAL nº14 do CNG/ANDES-SN, de 25 de novembro de 2005

FORÇA E UNIDADE DO MOVIMENTO DIANTE DA INTRANSIGÊNCIA DO GOVERNO

Nossa greve tem sido vitoriosa apesar da intransigência do MEC. Ninguém além dos docentes das IFES em greve pode reivindicar para si os resultados desse movimento. As Assembléias Gerais tem demonstrado unidade e firmeza na defesa dos princípios de isonomia e paridade, respondendo claramente que não aceita o projeto embutido na proposta do governo, que destrutura a carreira docente e a educação pública federal.

Não teríamos avançado em nossas reivindicações se não tivéssemos deflagrado o movimento de Greve nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Isto ficou claro ao longo do ano, quando mesmo participando do GT-MEC e a despeito do acordo verbal entre as partes em torno da incorporação das gratificações, não foi apresentada pelo governo qualquer proposta. Neste quadro, a greve tem sido muito importante como instrumento de organização e luta da categoria e como o único caminho que tem sido capaz de obter conquistas na luta em defesa da universidade pública e da valorização do trabalho docente.

Se até aqui não conseguimos quebrar a lógica do governo, o governo também não conseguiu quebrar a unidade e a firmeza da categoria na defesa dos princípios que compõem nossa pauta de reivindicações. Houve unidade do movimento em rechaçar a proposta do MEC por três vezes: a primeira, quando esse ministério apresentou a proposta; a segunda, quando a reapresentou com pequenas alterações, mantendo a lógica de valorização da GED; a terceira, quando, mesmo com a priorização dos itens proposta pelo movimento para facilitar as negociações, o MEC reapresentou mais uma vez a sua proposta, deixando claro que a mesa de negociação era unilateral, já que em momento algum houve qualquer alteração na estrutura das propostas apresentadas.

Ao longo dos últimos anos avançamos na defesa da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, pois a sua quebra, embora não tenha sido revertida, está sendo permanentemente confrontada e temos conseguido impor recuos ao governo. Reconhecemos, contudo, que na carreira de 1º. e 2º. graus o governo tem conseguido aumentar a distância para quebrar a unidade do movimento, que se mantém apesar de tudo, com a carreira única permanecendo como uma reivindicação histórica de nossa categoria.

À luta histórica da greve de 1998, o governo impôs ao movimento docente, em conluio com uma diretoria colaboracionista, então recém-eleita, o traço marcante de sua política – a GED, cujas conseqüências atingem a universidade federal até hoje. Como política de governo, esta gratificação introduziu nas IFES a “avaliação por desempenho”. No conteúdo, nada avaliava. Introduzia, sim, a disputa e o conceito de competição, como componentes de uma política salarial que passou a excluir cada vez mais o salário básico e a desprezar a vinculação dos docentes com os demais servidores públicos federais, traduzindo a estratégia de aplicação do “estado mínimo”, em que a universidade, deixando de ter papel estratégico nas políticas de Estado, deve se adequar para assumir um caráter subalterno em relação ao Capital.

Uma das distorções criadas pelo governo na greve de 98 diz respeito às carreiras. O governo não introduziu para os docentes de 1º e 2º graus qualquer “gratificação”. No início de 1999, esses docentes passaram a receber uma “bolsa” como abono. Em 2000, no lugar da bolsa foi introduzida a GID em valores menores que os da GED. O MD lutava pelos docentes da carreira de 1º e 2º graus, mas o governo dava curso à estratégia de afastá-los da perspectiva de isonomia com os docentes da carreira de ensino superior.

Nesse contexto, a greve de 2001 foi um marco fundamental na luta dos docentes de 1º e 2º graus e do magistério superior. Essa greve envolveu 51 universidades e durou 108 dias, tendo avançado como ganho expressivo a “quase” reposição da isonomia entre carreiras, na medida em que aproximava os valores correspondentes a seus níveis e classes e os da GID e da GED. Recuperava-se, dessa forma, a perspectiva de implementação uma carreira única.

Em 2004, já sob o governo Lula, ocorreu um novo movimento de greve tendo com o objetivo

avançar nas conquistas de 2001, na perspectiva do reajuste linear para os servidores públicos e da pauta de reivindicações dos docentes, que incluía a incorporação das gratificações, visando à construção da carreira única. A tática usada pelo governo foi de “dividir para reinar”: esvaziou a discussão conjunta com os servidores públicos; a discussão das pautas específicas foi feita de forma centralizada no MPOG, com “assessoria” do ministério da área específica. Como o movimento de greve não foi suficiente para obrigar o governo a aceitar a pauta reivindicada, este agiu de forma truculenta, impondo um reajuste na GED e negociando em separado com o SINASEFE, entidade com a qual assinou acordo em separado, que incluía os docentes de 1º e 2º graus da base do ANDES-SN. Por esse acordo, a GED foi extinta, sendo criada no seu lugar uma nova gratificação paritária entre os docentes da ativa e os aposentados e pensionistas – a GEAD. Como consequência, foram novamente ampliadas as distorções entre carreiras. Neste aspecto, cabe ressaltar que o governo, na prática, deu início à aplicação de sua pretendida política de reforma sindical, pois iniciou o trabalho de busca de divisão da base sindical.

Nosso movimento de greve retomou sua pauta histórica de reivindicações. O que avançamos após sete anos de governo FHC, o governo Lula está desmanchando em três anos. A proposta do governo, seguidamente rejeitada pela categoria, materializa com clareza a continuidade dessa política de desmonte da universidade e de desvalorização do trabalho docente, sob a lógica das políticas e reformas neoliberais encaminhadas pelos governos de plantão desde Collor de Mello e agora aprofundadas pelo governo Lula.

A recusa sempre reiterada do direito constitucionalmente assegurado ao reajuste anual de salário e o arrocho permanente dos servidores públicos são determinados por uma política econômica em que a queda sistemática dos gastos da União com o pagamento dos servidores corresponde de fato, em proporção inversa, à escalada crescente do arrocho fiscal, do superávit primário e dos recursos públicos destinados à remuneração do capital financeiro pela via do pagamento dos encargos da dívida interna e externa.

A negação da incorporação das gratificações e do restabelecimento da paridade visa condenar os aposentados e pensionistas à condição de cidadãos de segunda categoria e forçar o pessoal da ativa a investir na previdência privada, servindo para poupar recursos destinados à remuneração crescente do capital financeiro e, pela via da reforma privatizante da previdência pública, injetar uma massa crescente da poupança dos trabalhadores na ciranda predatória do mercado financeiro.

A insistência em não conceder reajuste linear no salário e o incremento constante do peso das gratificações em nossos vencimentos são determinados por uma política de reforma do Estado, de desvalorização dos servidores, de terceirização, privatização e sucateamento dos serviços públicos e da infra-estrutura da sociedade.

Em sintonia com a lógica neoliberal embutida na reforma universitária em curso, a queda na massa de recursos públicos destinados ao financiamento da universidade e a política de desvalorização permanente dos que docentes e técnico-administrativos servem para empurrar a universidade e os que nela trabalham à comercialização de suas atividades – num quadro em que avançam as mais diversas formas de privatização e mercantilização no seio da universidade pública, na mesma medida em que continua a se promover com recursos públicos a expansão das empresas privadas de ensino superior.

Tudo isso compõe um cenário de ofensiva brutal do capital sobre o trabalho, em que as privatizações dos recursos naturais, das empresas estatais e da infra-estrutura da sociedade, as reformas neoliberais, a política econômica, as taxas de lucro recordes de bancos e grandes empresas e a queda de 30% no poder aquisitivo dos trabalhadores nos últimos dez anos se apresentam como alguns dos mais nefastos resultados da aplicação das políticas neoliberais no Brasil.

Como se não bastasse, nas negociações com o ANDES-SN o governo convidou para a mesa a entidade chapa branca, o ProIfes, abertamente apoiado pela CUT, que na condição de braço sindical do governo desde o início da greve trabalha contra ela e em prol da proposta do MEC.

Com isso, o governo antecipa a lógica perversa de sua almejada reforma sindical – que prevê, entre outros graves ataques às organizações autônomas da classe trabalhadora, que a patronal e o Estado, ao fecharem acordo com entidades pelegas e de carimbo, possam estendê-lo a toda a categoria. Ainda assim esse novo instrumento de ataque ao movimento docente se revelou um fiasco na disputa da categoria e nos embates políticos nas assembleias da greve em curso.

A força de nossa greve tem sido capaz de impor vários recuos ao governo: sem ela nada teríamos; sem ela não haveria qualquer proposta de reajuste e o governo certamente não teria destinado, primeiro R\$ 395 milhões, e mais tarde R\$ 500 milhões para o reajuste dos docentes; sem ela, não teríamos conquistado o anúncio pelo governo da reposição de vagas docentes em aberto por concurso público – único meio de fazer face à precarização crescente do trabalho docente, materializada na contratação massiva de professores substitutos – e tampouco teríamos sido capazes de diminuir a distância que ainda separa os aposentados e pensionistas do pessoal da ativa sempre na perspectiva da sua total eliminação. Sem essa greve, como em todas as outras, não teríamos conseguido quaisquer conquistas em nossa luta em defesa da universidade pública e pela valorização do trabalho docente.

O Ministro Fernando Haddad afirma à imprensa que o ANDES-SN transformou a negociação da greve numa disputa política, mas os professores têm claro que a pauta foi redimensionada exatamente para que pudéssemos ter um embate centrado na valorização do trabalho docente com a extensão da incorporação das gratificações aos professores das IFES e pela abertura de concursos públicos. Mesmo com a pauta a mais “econômica” possível, sabemos que sempre há embate político, o que não justifica o ataque do MEC à organização sindical da categoria docente das IFES e seu projeto de universidade pública, expresso, entre outros aspectos, na distinção explícita e deliberada no tratamento desse segmento em relação aos demais que atuam na educação federal.

O MEC não tem nenhum argumento “econômico” para promover essa distinção. Como se justifica que a incorporação das gratificações pôde ser estendida a outras carreiras da educação federal e a segmentos do serviço público federal, mas não para os docentes do ensino superior? Que a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas foi possível para um segmento dos profissionais da educação federal, mas não para os docentes do ensino superior? Que o reajuste linear no vencimento básico seja anunciado para os docentes de 1º e 2º graus da educação federal, mas não para os docentes das mesmas IFES? Que nenhuma categoria da educação federal tenha sofrido questionamento sobre sua representação do conjunto da base, mas única e exclusivamente a categoria docente da base do ANDES-SN? Essas são questões que o MEC não responde, mas nós conhecemos muito bem quais são essas respostas.

Neste momento da greve, temos um quadro que merece especial atenção, tendo em vista os desafios que se nos colocam. No âmbito da greve na educação federal, há uma decisão da FASUBRA pelo indicativo de saída de greve para 1º de dezembro; também no SINASEFE está colocado um acordo que prevê a saída da greve em 1º de dezembro. A ANDIFES assumiu uma postura diferenciada da que vinha mantendo ao dirigir-se às categorias em greve nas IFES ao conclamá-las a sair da greve, num claro desrespeito às entidades sindicais que as representam. Uma grande parte dos parlamentares que até aqui estava intermediando as negociações com o MEC encontrou seus limites no endurecimento da imposição do projeto do governo através de um instrumento que poderá ser um PL ou uma MP.

Apenas o MEC não alterou sua postura de intransigência e desrespeito aos professores. No dia 24/11, após ter convidado na véspera o CNG-ANDES/SN para a reunião com o SINASEFE, o MEC mandou um funcionário informar aos nossos representantes, já na porta de entrada do MEC, “que não há lugar para acomodá-los na sala” e que, por isso, eles não poderiam entrar.

No que se refere às demais entidades em greve na educação federal, construímos conjuntamente várias atividades ainda que se tratasse de greves específicas. Mas é preciso considerar que em cada uma delas há uma dinâmica própria que determina seus rumos e que nossa relação sempre

se desenvolveu preservando a autonomia de cada entidade.

Relativamente à mudança de atitude da ANDIFES, revela-se uma contradição interna à entidade, uma vez que seus posicionamentos de defesa das greves em andamento e de reafirmação da pauta das categorias não pôde ir além dos limites do seu comprometimento com um projeto de universidade que se identifica em grande medida com o projeto do governo. Ainda assim não se justifica que esses limites possam ter engendrado uma atitude desrespeitosa para com os comandos de greve, materializada claramente na tentativa de se dirigir aos indivíduos das categorias em greve para conclamá-los a abandonar o movimento, ignorando as instâncias de organização, representação e deliberação dos docentes e técnico-administrativos das IFES.

No Congresso fomos capazes de conquistar o apoio de uma bancada majoritariamente formada por parlamentares da base de apoio do governo. Esse apoio foi fundamental para motivar o nosso movimento e foi devido a ele que fomos recebidos pelo MEC depois de mais de um mês de greve e conseguimos travar o debate no Congresso Nacional sobre a justiça de nossas reivindicações. Contudo, a contradição entre o apoio às categorias em greve e as pressões exercidas pelo alto escalão governamental na defesa de seu projeto privatista para as universidades não está sendo enfrentado como embate de projetos em vista do comprometimento político que esses mesmos parlamentares têm em relação ao governo, o que acaba de se materializar na postura recém-assumida de que há um “esgotamento” das possibilidades de intervenção de alguns parlamentares sobre a proposta imposta pelo MEC.

O espaço que essa greve alcançou na mídia permitiu revelar a sua força, independentemente da adesão ou não de algumas seções sindicais das chamadas grandes universidades. Força que se expressa na justiça das suas reivindicações, que não é contestada por nenhum meio, nem o governamental, e na firmeza e clareza com que os professores das IFES se dirigiram a seus interlocutores, em especial à sociedade, evidenciando a confiança que nós conquistamos e consolidamos junto à população. Quem não tem credibilidade para justificar suas ações junto a sociedade é o governo; nossa greve é justa, é legítima e tem apoio dentro e fora da universidade.

A despeito de todos os recuos impostos ao governo pelo movimento e de ter visto sua proposta sucessivamente rejeitada pela categoria, o governo anunciou que a encaminhará ao Congresso, seja pela via de um Projeto de Lei (PL), seja pela via de uma Medida Provisória (MP). Os recordes sucessivos na arrecadação tributária, na formação de superávit primário e nas taxas de juros e serviços da dívida e os recursos ainda disponíveis no orçamento demonstram que há dinheiro para atender as reivindicações dos docentes. Mas, há também uma determinação política desse governo, que traiu os compromissos assumidos com a classe trabalhadora, em aprofundar as políticas contra as quais foi eleito. Além disso, está evidente que o mesmo não tem a valorização do trabalho docente e o fortalecimento da universidade pública entre seus objetivos estratégicos.

Até o momento o PL não foi enviado ao Congresso apesar dos sucessivos anúncios pelo MEC. Informações que dispomos dão conta de que o PL estaria no MPOG para acertos técnicos de números e seria enviado em seguida para a Casa Civil, conforme já acertado pelo governo. No limite, caso venham a ocorrer dificuldades no Congresso, restaria ao governo encaminhá-lo por MP.

O governo continua trabalhando com a possibilidade de que o movimento de greve se esvazie e, dessa forma, se efetive a aceitação da sua proposta e a quebra da unidade, da força e da coerência reafirmadas e aprofundadas pelo movimento docente ao longo dessa greve. Neste momento devemos ter clareza de que a dinâmica da greve não pode estar submetida às manobras do governo.

Não podemos, portanto, condicionar a nossa greve à apresentação e tramitação do PL. A tarefa imediata do movimento é denunciar a manobra do governo e tentar reverter sua posição autoritária de envio de uma proposta que não foi negociada com o movimento. Nesse quadro, é preciso ficar claro que, embora limitadas, há possibilidades de alteração de qualquer PL no Congresso Nacional no sentido de adequá-lo ao atendimento de nossa pauta de reivindicações,

mas dentro dos limites orçamentários previstos no PL original do governo. O governo anunciou que conferiria ao seu PL o caráter de urgência urgentíssima política, a fim de aprová-lo por um acordo de lideranças – e que em caso de dificuldades em sua aprovação, poderia recorrer a uma MP para fazer vigorar sua proposta antes do fechamento da folha de pagamentos de janeiro de 2006.

Neste momento decisivo de nossa greve, a categoria deve ficar atenta às ações do governo e discutir as próximas ações do movimento para enfrentar os possíveis cenários, particularmente a transferência da arena de luta do executivo para o Congresso. Nesse quadro, é fundamental que as AGs avaliem politicamente o momento da greve e indiquem os próximos passos a serem dados, considerando criteriosamente os dados da conjuntura e a correlação de forças.

Nossa força depende fundamentalmente da unidade e da firmeza do movimento na luta pela valorização do trabalho docente e na defesa dos princípios de nossa pauta de reivindicações. Mais do que tudo é necessário manter nossa coesão, nossa unidade e nossa força para continuarmos o embate contra as políticas nefastas do governo.

O CNG os seguintes encaminhamentos a serem apreciados pelas AG's.

ENCAMINHAMENTOS

1- Rodada de AG's até 1/12, 5ª feira, para discutir os seguintes assuntos:

- Rumos da greve diante da atual conjuntura.
- Estratégias de defesa de nossas reivindicações, caso o governo envie, de fato, o Projeto de Lei para o Congresso Nacional.
- Moções de denúncia pelo tratamento do MEC ao impedir o ANDES de participar das negociações de 1º e 2º graus.
- Intensificar ações junto aos deputados estaduais colhendo assinaturas em apoio à pauta de reivindicações a ser enviado para o CNG.
- Discutir a inviabilização do vestibular. (Votação: 07 votos favoráveis, 07 votos contrários e 04 abstenções).
- Discutir o adiamento do vestibular. (Votação: 10 votos a favoráveis, 03 votos contrários e 05 abstenções).
- Negação da proposta do governo e a utilização do montante de recursos para a abertura de concursos públicos para contratação de professores. (Votação: 05 votos favoráveis, 11 votos contrários e 01 abstenção).

2 – Elaboração de carta ao presidente da república pedindo audiência e realização de ato público no momento de protocolização do documento citado, no dia 30/11 próximo.

3 – Encaminhar denúncia da exclusão do CNG/ANDES-SN das negociações dos professores da carreira de 1º e 2º Graus ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e divulgar, junto às comissões de educação da câmara e do senado e à imprensa.

***PELA UNIDADE DO MOVIMENTO, EM DEFESA DA VALORIZAÇÃO
DO TRABALHO DOCENTE E DO CONJUNTO DA CATEGORIA!***

FONTE: COMUNICADO nº39 do CNG/ANDES-SN, de 26 de novembro de 2005